



PORTADORES
de deficiência
não têm
acesso fácil
em lojas e nas
ruas, e sofrem
para entrar
no mercado
de trabalho,
lamenta
Berenice
Andrade



Deficiente exige respeito e acessibilidade

Ruas, calçadas, lojas e prédios não facilitam o acesso de quem possui problemas para se locomover

Greycy Andrade
DA EQUIPE JC

O dia 21 de setembro foi de comemoração pelo Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Esta data foi instituída em 1982 e, desde então, vem sendo lembrada em todos os estados. Segundo a promotora do Ministério Público Estadual (MPE), Berenice Andrade, esta é uma data importante para refletir e lutar principalmente pela inclusão social. O termo deficiência pode ser usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica, resultando no impedimento para desenvolver habilidades consideradas normais para o ser

humano. Mas se para um ser humano com todas as habilidades normais já é complicado andar pelas calçadas e ser inserido no mercado de trabalho, imagine para quem tem alguma deficiência.

A promotora comentou que um ambiente acessível é um local onde seja permitido o ir e vir de todas as pessoas. A acessibilidade não só beneficia as pessoas com deficiência. Mas sim todas as pessoas. “Uma mãe com criança de colo, idosos, e até mesmo nós. A acessibilidade não tem como finalidade somente atender as necessidades das pessoas com deficiências, mas de todos os cidadãos. É um direito fundamental, posto na Constituição. Sem acessibilidade não é possível atingir os outros direitos”, disse a promotora de Justiça.

A presidente do Conselho Estadual de Proteção às Pessoas com Deficiência, Jane Rocha, durante toda a semana passada percorreu diversos municípios do interior sergipano, realizando palestras, fazendo caminhadas e levando para a população mensagens de inclusão e de apoio aos deficientes físicos. Ela afirmou que a maior dificuldade encontrada pelo cadeirante, principalmente no interior, é que a maioria das lojas não é acessível.

Ela ainda levou a sugestão aos prefeitos do interior para a criação do Conselho Municipal de Proteção a Pessoa com Deficiência, com objetivo de assegurar os direitos dos deficientes na educação, cultura, lazer e saúde, incluindo a adaptação das estruturas arquitetônicas dos

edifícios e espaços públicos, tornando-os acessíveis aos deficientes. “No Estado com mais de dois milhões habitantes, 25,9% das pessoas possuem algum tipo de deficiência. Com certeza essas pessoas precisam de políticas de inclusão”, disse Jane Rocha.

Estamos conversando com a comunidade com os comerciantes, para que possuam construir rampas, porque, às vezes, um deficiente quer ir a uma loja, mas não quer ir para não ser constrangido. E não é só isso, falta atendimento adequado de reabilitação, por exemplo. Falta inclusão de trabalho, e a acessibilidade arquitetônica ainda é o maior problema. “Embora haja rampas, muitas delas não estão preservadas ou foram construídas de forma inadequada”, alertou.

Bancos e shoppings não se prepararam para portadores de deficiência

Para o estudante universitário Cláudio Brito, 52 anos e cadeirante há 36 anos, a acessibilidade em Aracaju é muito comprometida. "Temos alguns ganhos em relação a acessibilidade, mas em obras particulares como bancos acessíveis, shoppings e cinemas. Algumas escolas estaduais a acessibilidade também está garantida depois de muita luta. Temos um ganho ainda muito considerável na frota de ônibus, antes de 2009, não tínhamos ônibus nenhum adaptado e isso nos limitava bastante. Hoje temos em torno de 40% da frota acessível, mas ainda falta 60%", disse.

Para Cláudio, a legislação é muito farta, boa inovadora no Brasil e no mundo, só que o gestor não tem condição nenhuma de cobrar nem efetuar isso por falta de vontade política. Segundo ele, são calçadas com rampas inadequadas, com postes, com telefones públicos, lixo, que impedem que o deficiente passe. "Falam que existe um gasto, mas não existe acesso e acessibilidade sem gasto, mas eles são tão despreparados, mas temos verbas no Ministério da Cidade, o 'Cidade Acessível' cobre 80% dos gastos em acessibilidade em qualquer cidade. Então, se Aracaju apresentar esse projeto com todos os procedimentos legais, com certeza ele será aprovado. Temos o projeto para calçadas e ruas acessíveis. Garantias da mobilidade urbana, transporte coletivo acessível, e tudo que se fala em acessibilidade tem 80% disponível, o município só entraria com 20% do valor", informa.

"Eu não tenho muito que comemorar no Dia Nacional de Luta, pelo contrário, tenho que lutar muito mais para que as coisas se tornem viáveis, responsáveis, e nós tenhamos nosso dinheiro garantido de fato e de direito. Temos que ter respeito ao próximo", comentou Cláudio Brito.

Marcos Paulo de Oliveira tem 28 anos e é deficiente, tem paralisia mental, o que não o impossibilitou de ser Campeão Sergipano de Karatê. Ele contou que o interesse pela prática esportiva começou quando ele foi acompanhar um primo nos treinos de Karatê. "Agora vou participar do XIII Campeonato Brasileiro de Karatê em Uberlândia, Minas Gerais, e preten-



do voltar com medalhas. A minha deficiência em nada atrapalhou, muito pelo contrário me incentivou ainda mais e foi o que me fez seguir em frente", contou.

Para o vendedor ambulante, Edildécio Alves Andrade, 53, que possui uma deficiência na perna, andar por Aracaju é terrível. "Em alguns locais o acesso é fácil e dá para andar tranquilamente. Mas em outros, a gente precisa desviar de buraco, passar por cima de lixo, é uma verdadeira maratona. Posso garantir, só sabe o que a gente passa quem é deficiente físico. E quando a gente pega ônibus então tem outro problema, que é a falta de respeito dos motoristas, não são todos, não, claro, mas uma parte é assim", testemunhou.

Alexandre Nascimento, 32, sofreu um acidente de moto, e desde então, perdeu o movimento de uma das pernas e precisa andar de muletas. Ele contou que já caiu duas vezes dentro do ônibus, pois o motorista não esperou que ele se sentasse. "Ser deficiente é um trabalho constante, cada dia a gente precisa enfrentar novas barreiras. Como eu não nasci deficiente, adquiri essa deficiência por conta de um acidente, foi muito difícil para

mim aprender a conviver com essa situação. A gente percebe o quanto é difícil andar por Aracaju quando eu me vi nessa situação, sem o movimento de uma perna, tudo que eu fazia com tranquilidade, agora é bem mais difícil, mas aos poucos estou me acostumando. Mas espero que tudo isso que estou vivendo, possa ser diferentes para outros deficientes, porque tem gente que já nasce deficiente, mas outros assim como eu, tornam-se, mas a dificuldade para ambos é a mesma, e que a mudança é para todos, sejam velhos, novos, deficientes ou não", opinou.

Muito propagado entre os projetos comerciais e espaços públicos por todo o país, o acesso de pessoas com necessidades especiais, como idosos, cadeirantes e obesos por exemplo, ainda é bastante complicado em muitos imóveis residenciais, principalmente nas construções mais antigas. Poucos projetos contemplam a acessibilidade como uma de suas principais premissas e, ao refletir sobre isso, a arquiteta e urbanista Renata Marques lembra que todos nós em algum momento de nossas vidas passamos ou podemos passar por um período em que nossa mobilidade é

CLÁUDIO BRITO:
acessibilidade está garantida no papel, legislação tratando do assunto não falta, o que precisa é colocar em prática

comprometida. "Isso sem falar nos nossos parentes com idade mais avançada. É exatamente nesta situação que percebemos como a arquitetura pode influir diretamente no bem-estar e qualidade de vida".

Reformas aparentemente simples revelam-se um grande problema se não previstas no projeto inicial da obra. Vãos e folhas de portas mais largos, essenciais para passagem de cadeira de rodas ou para circulação de obesos, assim como corredores mais amplos, que possibilitam uma melhor circulação, facilitam muito a vida dos moradores se já incorporados às plantas. Nos quartos o desafio já começa com um hábito muito comum dos brasileiros de, geralmente, construí-los no andar superior das residências. Poucas casas preveem a possibilidade de um quarto no andar térreo, enquanto o ideal seria ter pelo menos um espaço que pudesse ser transformado, para o caso de uma pessoa adentada ou impossibilitada de subir escadas. A arquiteta ressalta que para os cadeirantes já existe uma solução que substitui a necessidade da instalação de elevadores, um sistema que acopla a cadeira de rodas a transporta até o andar superior.

As cozinhas são um capítulo à parte, na maioria das vezes é necessária uma reforma total para conseguir adaptar o ambiente. "As piaças, bancadas e pontos de torneira precisam ser mais baixos com vãos livres na parte inferior para aproximação dos cadeirantes. Já a disposição dos móveis e outros componentes do ambiente precisam levar em consideração, não somente o trânsito, mas também o giro da cadeira de rodas", explica Renata.

Apesar de regulamentadas por lei, boa parte das construções recém-lançadas no País ainda não segue os padrões de portabilidade e livre acesso para portadores de necessidades especiais ou mobilidade reduzida. Um grande desafio para arquitetos e urbanistas é não só conscientizar os construtores da importância de seguir os princípios da acessibilidade, mas também encontrar soluções viáveis para adaptar imóveis já concluídos fora dos padrões.

Surdos enfrentam barreiras para trabalhar e estudar

No próximo dia 26 de setembro será comemorado o Dia Nacional do Surdo, data criada no ano de 1857 para celebrar as conquistas dos deficientes auditivos no país.

Mas esse ano os surdos de Sergipe pouco ou nada terão para comemorar, pois, apesar das vitórias nacionais para inclusão do surdo nas escolas de ensino regular e no mercado de trabalho, os avanços no Estado permanecem quase que estagnados e nas escolas da rede estadual sequer existem intérpretes da língua brasileira de sinais.

Segundo dados da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe (Apada), dois mil surdos estão cadastrados na instituição que atende todo o Estado, mas esse número pode ser ainda maior. "Nos 22 anos da Apada esse é um dos que mais está difícil dar continuidade aos trabalhos com os nossos alunos, pois, além das dificuldades financeiras, estimulá-los a procurar melhorar de vida fica muito difícil uma vez que não existem inter-

pretes suficientes no Estado para capacitá-los adequadamente para o mercado de trabalho", lamenta a coordenadora da Apada, Elisana Alves Fraga.

Para a coordenadora, o único motivo para se comemorar este ano é a força de vontade e a luta dessas pessoas que, mesmo com tantas dificuldades, continuam persistindo e correndo atrás de melhorias de vida. "E eles são vencedores desde muito pequenos, pois aqui, em Sergipe, existe apenas uma escola bilíngue, a Ipaese, e conseguir uma vaga lá é muito difícil. É as dificuldades deles só tendem a aumentar, pois quando se fala de cursos profissionalizantes e de graduação conseguir chegar lá é ainda mais difícil. Políticas públicas para promover a igualdade educacional e profissional do surdo têm que ser tratadas com mais seriedade e empenho pelo nosso governo, coisa que não tem sido feito", afirma Elisana.

Em Sergipe, apenas algumas escolas da rede municipal e a Universidade Federal (UFS)

possuem turmas inclusivas para surdos, mas no Estado nenhuma escola possui hoje professores especializados, pois de acordo com a 1ª secretária da Associação de Intérpretes de Línguas (All), Josielma Freire Lima, todos os contratados há dois anos não tiveram os seus contratos renovados. "Tivemos um avanço muito bom há dois anos. Mas, de lá para cá, nada foi feito para manter esse padrão de qualidade. Nenhum concurso foi realizado e os contratos provisórios acabaram, deixando os alunos numa situação péssima e sem assistência profissional", lembra Josielma.

Para Josielma, essa regressão é muito maléfica e prejudica diretamente o desempenho dos deficientes auditivos nas conquistas dos seus direitos. "No mês de setembro se levanta todos os anos à bandeira em prol dos surdos no país, mas em Sergipe essas melhorias caminham a passos lentos. Por exemplo, o projeto para criação da Central de Intérpretes - aprovada no final do ano

passado pelo governo federal e que beneficiou Sergipe - ainda não foi posta em prática e nem ao menos se tem um prazo para que isso seja feito. O poder público precisa levar mais a sério as necessidades dos seus eleitores com necessidades especiais, porque eles também são cidadãos", alega.

O Centro de Intérpretes, que está para ser construído em Aracaju, funcionará como um ponto de apoio social e jurídico para atender as necessidades dos surdos no Estado. "A unidade funcionará 24h, e servirá para atender, por exemplo, esses surdos que foram presos acusados de roubo. Um advogado seria disponibilizado para eles, bem como um acompanhamento psicológico. Além disso, intérpretes também acompanhariam essas pessoas a consultas médicas, e onde mais eles precisassem. Hoje muito pouco se investe nisso e a chegada desse centro nos ajudaria muito, mas, infelizmente, quase um ano depois, esse sonho não se concretizou", lamenta.